

~~Deve ser recolhido, ainda, aos cofres do Município, o valor de R\$ 15.850,00 (quinze mil, oitocentos e cinquenta reais), atualizado, referente ao pagamento de diárias em desacordo com o Ato de Fixação.~~

~~O pagamento das multas deve ser efetuado em favor do FUMREAP (Lei Estadual nº 7.368/2009), no prazo de 30 (trinta) dias, após o trânsito em julgado da presente decisão, sob pena de acréscimos de mora, previstos no Art. 303, Incisos I a III, do RITCM-PA (Ato nº 18/2017), destacadamente: (I) multa de mora de 0,10% (dez centésimos por cento) do valor da multa, por dia de atraso, até o limite de 36% (trinta e seis por cento); (II) correção monetária do seu valor, calculada, desde a data em que deveria ser pago até o efetivo pagamento, com base na verificação da Unidade Padrão Fiscal do Estado do Pará (UPF PA) e (III) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ou fração, desde a data em que deveria ser pago até o efetivo pagamento.~~

ACÓRDÃO Nº 31.773, DE 06/02/2018

Processo nº 1160052011-00

Classe: Prestação de Contas

Procedência: Secretaria/Fundo Municipal de Saúde de Jacareacanga

Responsável: Elinton Rodrigues de Vasconcelos

Instrução: 3ª Controladoria/TCM

Ministério Público - Contas: Procuradora Maria Regina Cunha

Relatora: Conselheira Mara Lúcia

Exercício: 2011

~~EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. SECRETARIA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACAREACANGA. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011. FALHAS DE NATUREZA FORMAL. MULTAS. CONTAS JULGADAS REGULARES COM RESSALVA. EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE QUITAÇÃO.~~

~~Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam da Prestação de Contas do Sr. Elinton Rodrigues de Vasconcelos, ordenador de despesas da Secretaria/Fundo Municipal de Saúde de Jacareacanga, referente ao exercício de 2011, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos da Ata da sessão e do Relatório e Voto da Conselheira Relatora, às fls. 401/403, por unanimidade:~~

~~Decisão: Considerar regulares com ressalva, as contas prestadas pelo Sr. Elinton Rodrigues de Vasconcelos, devendo ser expedido o competente Alvará de Quitação no valor de R\$ 11.888.057,79 (onze milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, cinquenta e sete reais e setenta e nove centavos) condicionado ao recolhimento de duas multas. A primeira de R\$ 1.000,00 (mil reais), que correspondem a 300,56 UPF's PA (Unidades de Padrão Fiscal do Estado do Pará) pelo atraso na remessa da prestação de contas do 1º e 3º quadrimestres, com fundamento na LC Estadual nº 109/2016. A segunda de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), que correspondem a 601,12 UPF's PA (Unidades de Padrão Fiscal do Estado do Pará) pelo saldo insuficiente para cobrir o montante dos compromissos a pagar, com fundamento na LC Estadual nº 109/2016. Tais multas deverão ser recolhidas em favor do FUMREAP (Lei Estadual nº 7.368/2009), no prazo de 30 (trinta) dias, após o trânsito em julgado da presente decisão, sob pena de acréscimos de mora, previstos no Art. 303, Incisos I a III, do RITCM-PA (Ato nº 18/2017), destacadamente: (I) multa de mora de 0,10% (dez centésimo por cento) do valor da multa, por dia de atraso, até o limite de 36% (trinta e seis por cento); (II) correção monetária do seu valor, calculada, desde a data em que deveria ser pago até o efetivo pagamento, com base na verificação da Unidade Padrão Fiscal do Estado do Pará (UPF PA) e (III) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ou fração, desde a data em que deveria ser pago até o efetivo pagamento.~~

Protocolo: 13782

PUBLICAÇÃO - DESPACHO

DECISÃO MONOCRÁTICA

(Artº 303, §3º Regimento Interno/TCM, Ato nº 19/2017)

PROCESSO Nº 201800851-00

MUNICÍPIO: MUANÁ

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL

INTERESSADO: EDER AZEVEDO MAGALHÃES

ASSUNTO: CONSULTA

RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO SÉRGIO FRANCO DANTAS

Versam os autos de consulta formulada pela Prefeitura do Município de Muaná, representada pelo prefeito, Sr. Eder Azevedo Magalhães, na qual apresenta os seguintes questionamentos:

1) Como deve o Gestor Municipal proceder em relação ao suposto inadimplemento de salários de outubro/2017 a dezembro/2017 dos servidores temporários de Muaná/Pa? 2) Existem contratos registrados no TCM-PA dos servidores temporários contratados no exercício de 2017 ou alguma relação? Estes podem ser entregues à atua gestão?

Para que a consulta seja admitida neste Tribunal, devem ser observados os requisitos constantes do art. 298 do Regimento Interno atualizado pelo ato nº 19, de 2017:

Analisados os critérios de admissibilidade da presente consulta, com fulcro no citado artigo, verifico, na forma estabelecida neste Regimento Interno, a inobservância dos requisitos legais estabelecidos no artigo acima.

As consultas dirigidas ao Tribunal de Contas dos Municípios somente serão respondidas dentro dos limites previstos no Regimento Interno, devendo, segundo os Incisos II e III, Artigo 298, serem formuladas em tese e com relação a dúvida quanto à interpretação e aplicação de dispositivos legais e regulamentares, o que significa que devem ser questionadas em abstrato, sendo absolutamente vedada qualquer consulta de caso concreto.

Cabe informar ainda que é dever da procuradoria e/ou assessoria jurídica do município sanar as dúvidas relativas aos aspectos internos da gestão municipal.

Desta feita, em razão dos fatos apontados, considero INADMITIDA a consulta realizada pela Sr. Eder Azevedo Magalhães, Prefeito Municipal de Muaná e, determino, conforme o disposto no Art. 300, §3º, do Regimento Interno com o ato nº 19, o seu arquivamento e a comunicação ao interessado.

Belém, 8 de março de 2018

Sérgio Franco Dantas

Conselheiro Substituto / Relator

DECISÃO MONOCRÁTICA

Processo nº 201317441-00

Órgão: P.M. DE ORIXIMINÁ

Assunto: CONTRATO Nº 088/2013

Responsável: RICARDO ALVES DAMASCENO

Trata-se do Contrato nº 088/2013 firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E MARCOS LOPES DE OLIVEIRA, visando a contratação de empresa especializada em

procedimentos cardiológicos, para execução de consultas mensais, para atendimento da demanda de usuários. O objeto do certame foi firmado com CLÍNICA DE DIAGNÓSTICO E PREVENÇÃO EM MEDICINA, pessoa jurídica devidamente qualificada em termo de Contrato às fls. 03/06, com quem foi celebrado o Contrato com valor global de R\$ 89.600,00 (oitenta e nove mil e seiscentos reais).

Às fls. 51/54, o Parecer nº WA/007/2016/6ª Controladoria/TCM, opina pela irregularidade do Contrato nº 088/2013 em razão de divergência quanto a fundamentação do ajuste previsto na cláusula segunda "este Contrato fundamenta-se no NÃO ESPECIFICADO (sic) da Lei 8.666/93" e o constante no processo de inexibibilidade, (Art. 25, II c/c Art. 13, III, da Lei 8.666/93); Não comprovada a existência de reserva orçamentária, no momento da celebração do ajuste, conforme determina o Art. 167, II, da CF/88 e Nota de Empenho não comprovada, em desrespeito ao disposto no Art. 61, da Lei 4.320/64, sugerindo a juntada dos autos a respectiva prestação de contas do exercício 2013, conforme resolução nº 5717/98 TCM/PA. Sugerindo ainda a aplicação da multa pelo encaminhamento intempestivo do ato, em desacordo com o estabelecido no Art. 103, VII, do RITCM-PA, sugerindo a aplicação de multa prevista no Art. 284, II, do referido ordenamento jurídico.

O Ministério Público, às fls. 38/39, acompanha o entendimento da 6ª Controladoria, opinando no sentido de juntar os autos à Prestação de Contas para análise conjunta.

Diante das manifestações da 6ª Controladoria assim como do Ministério Público de Contas junto a este TCM-PA, determino a juntada dos autos à prestação de contas correspondente (I), onde lá serão apreciados os cumprimentos dos demais requisitos constitucionais e legais aplicáveis ao ato de gestão em análise, assim como as outras exigências jurídicas pertinentes a validade dos atos administrativos em geral.

Belém, 14 de março de 2018

Aloísio Augusto Lopes Chaves

Conselheiro Relator